



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALDENI DINIZ DE ARAUJO

**AS VANTAGENS DA AUDITORIA INTERNA PARA O GERENCIAMENTO DAS
EMPRESAS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

ALDENI DINIZ DE ARAUJO

**AS VANTAGENS DA AUDITORIA INTERNA PARA O GERENCIAMENTO DAS
EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. MSc. José Péricles Alves
Pereira

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658v Araújo, Aldeni Diniz de
As vantagens da auditoria interna para o gerenciamento das
empresas [manuscrito] / Aldeni Diniz de Araújo. - 2015.
38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Prof. Me. José Péricles Alves Pereira,
Departamento de Contabilidade".

1. Auditoria interna 2. Empresas. 3. Gerenciamento. I.
Título.

21. ed. CDD 657.45

ALDENI DINIZ DE ARAUJO


AS VANTAGENS DA AUDITORIA INTERNA PARA O GERENCIAMENTO DAS
EMPRESAS


Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.


Aprovada em: 16.08.2015


Prof. MSc. José Elzeilton Cruz de Menezes
Departamento de Contabilidade – UEPB
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

BANCA EXAMINADORA


Prof. MSc. José Péricles Alves Pereira
Departamento de Contabilidade – UEPB
Orientador


Prof. MSc. Sidney Soares de Toledo
Departamento de Contabilidade – UEPB
Examinador


Prof. Esp. Claudio Leoncio Pinheiro
Departamento de Contabilidade – UEPB
Examinador

Dedico esta vitória aos meus pais, Antonio e Terezinha, pelos exemplos, ensinamentos e estímulos que foram imprescindíveis para que eu superasse todos os obstáculos na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por minha existência e por me proporcionar a oportunidade da dádiva luz que é a vida.

Aos meus pais, Antonio e Terezinha, por sempre ter me apoiado em todos os momentos da minha vida, como também pelo incentivo que sempre me deram para que eu pudesse estudar e assim conquistar meus objetivos.

A minha esposa, Gilmara, pelo amor, paciência e compreensão e por ter me ajudado nessa caminhada difícil mas grandiosa.

Aos meus irmãos, André e Taisy e toda minha família por fazerem parte da minha vida e terem contribuído para o meu crescimento como pessoa e profissional.

Ao meu grande amigo, Leandro, por sempre acreditar e me apoiar nos momentos de dificuldades que passei.

A todas as pessoas que compõem a Universidade Estadual da Paraíba, todos os funcionários que contribuem para que tantas pessoas possam realizar seus sonhos.

A todos os professores dessa instituição, por transmitir algo tão precioso que é o conhecimento. Agradeço em especial ao meu orientador, Professor MSc. José Péricles Alves Pereira, por sempre ter acreditado e dedicado com presteza seu tempo para que eu pudesse realizar esse trabalho de forma consciente e correta.

E a todas as demais pessoas que contribuíram de alguma forma para a concretização de mais um sonho em minha vida.

“Minha energia é o desafio, minha motivação é o impossível, e é por isso que eu preciso ser, à força e a esmo, inabalável” (Augusto Branco)

RESUMO

ARAUJO, Aldeni Diniz de. **AS VANTAGENS DA AUDITORIA INTERNA PARA O GERENCIAMENTO DAS EMPRESAS**. 2015. 38 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

Com o desenvolvimento e a globalização a competitividade entre as empresas aumentou e isso exige das empresas uma maior eficiência no uso e gerenciamento das informações. Dessa forma, a auditoria interna representa um mecanismo muito importante para viabilizar um melhor gerenciamento e conseqüentemente melhores resultados para as empresas. Nesse contexto, o presente trabalho caracteriza-se como um estudo que retrata as vantagens geradas pela auditoria interna para o gerenciamento das empresas, demonstrando os seguintes pontos específicos: identificar e definir conceitos importantes referentes à contabilidade, conceituar controles internos, auditoria interna e externa, analisar características e diferenças existentes entre elas demonstrar as características inerentes ao auditor interno no exercício da função e descrever as vantagens da auditoria interna para o melhor desenvolvimento das empresas. Para isso, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos e pesquisas realizadas na internet. Essa pesquisa configura-se ainda como explicativa e exploratória tendo uma forma de abordagem qualitativa. Esse estudo apresenta fundamentos importantes sobre auditoria, controles internos e a utilização da auditoria interna como uma ferramenta estratégica para o gerenciamento empresarial. Os benefícios da implantação da auditoria interna nas empresas são expostos e vão desde a melhoria dos controles internos, passando por uma maior consistência e veracidade das informações contábeis e culminando em um meio eficaz de tomada de decisão e gerenciamento das informações.

Palavras-chave: Auditoria interna. Empresas. Gerenciamento

ABSTRACT

ARAUJO, Aldeni Diniz de. **THE ADVANTAGES OF INTERNAL AUDIT FOR MANAGEMENT COMPANIES**. 2015. 38 pages. Work of Course - Course of Accounting Sciences, State University of Paraíba, Campina Grande, 2015.

With the development and globalization competitiveness among companies has increased and this requires companies a more efficient use and management of information. Thus, the internal audit is a very important mechanism to enable better management and consequently better results for companies. In this context, this study is characterized as a study that portrays the benefits generated by the internal audit for the management of companies, demonstrating the following specific points: identify and define important concepts related to accounting, conceptualize internal controls, internal and external audit, analyze existing features and differences between them demonstrate the inherent characteristics to the internal auditor on the job and describe the advantages of the internal audit for the better development of enterprises. For this was used as methodology the literature, through books, articles and research conducted on the Internet. This research also appears as explanatory and exploratory having a form of qualitative approach. This study presents important fundamentals of auditing, internal controls and the use of internal audit as a strategic tool for business management. The benefits of implementation of internal audit in companies are exposed and range from improving internal controls, through greater consistency and veracity of financial statements, and culminating in an effective means of decision-making and information management.

Keywords: Internal audit. Companies. Management.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	Contabilidade	11
2.2	Auditoria.....	11
2.3	Objeto da auditoria	12
2.4	Classificação da auditoria.....	13
2.4.1	Auditoria externa	13
2.4.2	Auditoria interna	13
2.4.3	Auditoria interna x auditoria externa	14
2.5	Normas regulamentares e procedimentos usuais aos trabalhos de auditoria	16
2.5.1	Definições e diferenças entre normas e procedimentos	16
2.6	Papeis de trabalho	17
2.7	Relatórios finais	19
2.8	Controles internos	20
2.8.1	Objetivos dos controles internos	20
2.8.2	Avaliação e fraudes nos controles internos	21
2.8.3	Tipos de controles internos	23
3	AS VANTAGENS DA AUDITORIA INTERNA PARA A GESTÃO DAS EMPRESAS	24
3.1	O Processo decisório	24
3.2	Perfil do auditor interno	25
3.3	Autonomia profissional	27
3.4	Auditoria interna e sua importância para as empresas	28
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
4.1	Quanto aos objetivos	32
4.2	Quanto aos procedimentos	33
4.3	Quanto à abordagem	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Com o atual cenário de constantes mudanças no mercado como também nas legislações fiscais, as formas de controle contábil se tornaram de extrema importância para as empresas. Esse processo de renovação devido ao aumento de empresas e de grande concorrência exige dos administradores uma visão ampla e estratégica da organização. O melhor gerenciamento da informação precisa de ferramentas que tragam alternativas eficazes para esses novos desafios.

Os controles internos foram criados com a finalidade de organizar, controlar e aperfeiçoar as atividades da instituição com vistas ao desenvolvimento econômico. No entanto com a globalização e diversos aspectos internos, esse nível de controle programado pelas empresas tem, em algumas situações, demonstrado ser ineficaz para o alcance de metas traçadas.

Por meio desses argumentos é possível descrever a problemática desse estudo: **Que vantagens a auditoria interna pode trazer para a melhor utilidade dos controles internos e eficácia no gerenciamento das informações contábeis?** Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo geral descrever a auditoria interna e suas vantagens para o gerenciamento eficaz das decisões empresariais. Com o intuito de atingir o objetivo proposto foram determinados os seguintes objetivos específicos: (I) identificar e definir conceitos importantes referentes à contabilidade; (II) conceituar controles internos, auditoria interna e externa, analisar características e diferenças existentes entre elas; (III) demonstrar as características inerentes ao auditor interno no exercício da função; e, (IV) descrever as vantagens da auditoria interna para o melhor desenvolvimento das empresas.

No âmbito desse contexto competitivo, em que o gerenciamento das informações deve ser realizado da melhor forma possível, o presente trabalho se justifica pela importância fundamental que a auditoria interna fornece às empresas. Sob esse enfoque ela se revela como um mecanismo indispensável para solucionar certas situações que possam implicar em prejuízos para a entidade. São problemas como incorreções, valores lançados de forma incorreta, e até mesmo fraudes. A auditoria interna é uma forma de ratificar, analisar e revelar as informações contábeis utilizadas pelo controle interno. Por meio dos procedimentos necessários, a auditoria interna é capaz de prevenir possíveis erros, combater aspectos vulneráveis e também tem grande utilidade para o melhor gerenciamento da informação.

Este estudo tem na sua estrutura além desta introdução, o referencial teórico, composto por um embasamento a respeito dos conceitos fundamentais sobre contabilidade e auditoria

interna. Na sequência são apresentadas as vantagens da auditoria interna para o gerenciamento das empresas, a metodologia empregada, e por fim as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

O conceito de Contabilidade foi estudado e aprimorado, desde sua origem, buscando a melhor forma de caracterizar o conteúdo do seu significado. Dessa forma, segundo Basso (2005, p. 22),

Entendemos que Contabilidade, como conjunto ordenado de conhecimentos, leis, princípios e métodos de evidenciação próprios, é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativos (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular, resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômico-financeira.

Para Marion (2007, p.26):

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utiliza-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas.

Nota-se assim, que a Contabilidade é uma ciência de suma importância para os administradores e todos os usuários que direta ou indiretamente utilizam suas práticas. As informações contábeis retratam e evidenciam, por meio de suas demonstrações, os aspectos primordiais para o processo de tomada de decisões, como também para o crescimento das entidades.

2.2 Auditoria

Entre os autores que tratam sobre o conceito de auditoria é válido destacar a definição dada ao tema por alguns deles. De acordo com Attie (2011, p. 25) “A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Para Franco e Marra (2001, p. 28) a auditoria:

Compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

Ainda para Crepaldi (2009, p.3), “pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Dessa forma, entende-se que a auditoria é um processo de análise das informações e demonstrações contábeis, com a finalidade de ter um controle mais eficaz e amplo da situação patrimonial da entidade. Sendo assim, nota-se a importância da auditoria para a contabilidade em geral, pois por meio de seus métodos e análises as informações contábeis podem ser validadas ou não, caracterizando decisões mais confiáveis e precisas.

2.3 Objeto da auditoria

A auditoria constituindo como uma ferramenta de grande eficácia para o desenvolvimento das atividades organizacionais tem como objeto preponderante o patrimônio das empresas. Assim entende Basso (2005, p. 94):

a auditoria, como uma técnica contábil, é dos meios de que se utiliza a Contabilidade para atingir seus fins, uma vez que o objeto de ambas é o patrimônio; à Contabilidade cabe a vigilância sobre o patrimônio e suas variações e a auditoria a fiscalização dos procedimentos e registros e a certificação da confiabilidade das demonstrações e informações contábeis por ela geradas.

Além do patrimônio das empresas todos os elementos correspondentes ao controle e fiscalização, tais como, registros contábeis, anotações, documentos, arquivos, que sejam capazes de certificar a veracidade e legalidade das informações patrimoniais constituem objeto de estudo da auditoria. É assim que explica Crepaldi (2009, p. 4):

O objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a legitimidade dos atos da administração bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais.

2.4 Classificação da auditoria

A auditoria pode ser classificada segundo Crepaldi (2009) de forma intervencionista, ou seja, em função das relações existentes entre o auditor e a entidade auditada. Sob esse aspecto pode ser dividida em duas formas: Auditoria externa e Auditoria Interna.

2.4.1 Auditoria externa

A auditoria externa ou independente pode ser entendida como aquela exercida por um profissional externo à empresa, ou seja, um profissional que não trabalha na empresa e que realiza suas atividades por um determinado período em que será realizada a auditoria.

Para Basso (2005, p.108) a auditoria externa é vista como “Aquela realizada por profissional liberal autônomo ou por empresa de auditoria independente, sem vínculo de emprego, contratada para prestar um serviço especializado de auditoria permanente ou eventual”.

Segundo Attie (2011, p. 31) “Auditoria Externa ou Independente tem como objetivo o exame das demonstrações financeiras e expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e assegurar que elas representem adequadamente a posição patrimonial e financeira”.

Por estes fundamentos é possível perceber a característica da auditoria externa no que tange ao vínculo existente entre o mesmo e a empresa auditada. O auditor externo certifica a veracidade das demonstrações com o propósito de evidenciar provas que garantam de forma efetiva os valores e informações expostos nas demonstrações financeiras, ao passo de poder fornecer informações valiosas para tomada de decisões.

2.4.2 Auditoria interna

A auditoria interna surgiu para suprir uma lacuna na empresa em função de se ter a melhor informação possível de forma permanente. Como o auditor externo é um profissional liberal que exerce suas funções temporariamente, a auditoria interna foi uma forma de se ter um profissional pertencente à empresa, porém com independência para exercer sua atividade que exige imparcialidade.

Nesse sentido Segundo Almeida (2003, p. 29):

O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado aqueles cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que ele possa vir um dia a examinar (como, por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência.

Fica evidente a preocupação para que o auditor interno não realize atividades contábeis em que o mesmo tenha que avalia-las em algum momento oportuno, pois desta feita estaria descaracterizando suas peculiaridades de independência.

Segundo Crepaldi (2009, p. 125), a auditoria interna constitui um “controle contábil que acompanha e estuda o cerceamento de erros e fraudes através de cuidar de técnicas de revisão constante de processos e acontecimentos”.

Observa-se o caráter de controle exercido pela auditoria interna, já que a mesma, apesar de ter características de legitimidade das demonstrações exercidas pela auditoria externa, tem suas especificidades internas, objetivando um controle eficaz contra erros e fraudes.

2.4.3 Auditoria interna x auditoria externa

Existem algumas diferenças que distinguem a auditoria interna da auditoria externa. Alguns exemplos que podem ser expressos são: o conceito, o nível de independência do profissional, o grau de análise certificado nos pareceres. Nesse sentido, para Crepaldi (2009, p. 49), a auditoria externa e a interna diferenciam-se principalmente pelos seguintes aspectos:

Auditoria Externa:

- Não existindo vínculo empregatício com a empresa auditada, e dependência hierárquica da administração, suas opiniões conseguem maior grau de confiabilidade junto aos acionistas, financiadores, fornecedores e analistas;
- Os exames das operações são dirigidos principalmente visando averiguar os reflexos destas nas operações contábeis.

Auditoria Interna:

- Existindo vínculo empregatício com a empresa auditada e dependência hierárquica da administração, suas opiniões tenderiam a se incluir nos interesses da própria empresa, e assim não contribuiriam aos interesses da própria empresa, nem suficiente grau de confiabilidade junto a terceiros;
- Os exames das operações são dirigidos principalmente visando aos aspectos de eficiência operacional/administrativa.

Para se ter uma melhor compreensão das diferenças existentes entre a auditoria interna e externa é válido retratar um quadro comparativo segundo Crepaldi (2009, p. 50):

Quadro 1 Diferenças entre auditoria externa e auditoria interna

Elementos	Auditoria Externa	Auditoria Interna
Sujeito	Profissional independente	Auditor interno (funcionário da empresa)
Ação e Objetivo	Exames das demonstrações financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais.
Relatório Principal	Parecer (Relatório de Auditores Independentes)	Recomendações de controle interno e eficiência administrativa
Grau de Independência	Mais amplo	Menos amplo
Interessados no Trabalho	A empresa e o público em geral	A empresa
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista
Número de Áreas Cobertas pelo exame durante um período	Menor	Maior
Intensidade dos Trabalhos em Cada Área	Menor	Maior
Continuidade do Trabalho	Periódico	Contínuo

Fonte: Crepaldi, 2009, p. 50

Assim pode ser notada a grande importância tanto da auditoria interna como da auditoria externa para as organizações. As duas são formas eficientes de validade das informações contábeis. Devem ser usadas não apenas como meio de punição, mas também como fonte informativa de estratégia para o desenvolvimento das empresas.

2.5 Normas regulamentares e procedimentos usuais aos trabalhos de auditoria

Como nos diversos aspectos existentes que são regulamentados por normas, a auditoria também é regida por normas que estabelecem diretrizes a serem seguidas pelos profissionais. Esse tópico fundamenta-se em conceituar e distinguir as características existentes entre as normas e os procedimentos executados na atividade de auditoria, como também, as normas relativas à auditoria executada.

2.5.1 Definições e diferenças entre normas e procedimentos

Uma norma é uma forma de padronização e observância de aspectos relativos a uma determinada atividade. As normas de auditoria seguem esta mesma linha. Os órgãos que regulam e administram a profissão contábil determinam as regras a serem observadas e executadas pelos profissionais que realizam essa atividade.

A definição de normas de auditoria, segundo Franco e Marra (2001, p. 56), são:

as normas de auditoria são entendidas as regras estabelecidas pelos órgãos regulares da profissão contábil, em todos os países, com o objetivo de regulamentar o exercício da função do auditor, estabelecendo orientação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções. Elas estabelecem conceitos básicos sobre exigências em relação à pessoa do auditor, a execução de seu trabalho e ao relatório que deverá por ele ser emitido.

Pode-se observar por meio desse fundamento, a importância das normas para a correta realização da atividade contábil. Ainda Segundo Hoog e Carlin (2008, p. 73), “as normas profissionais da auditoria contábil se constituem como regras que dão confiança e conduzem o profissional na realização dos seus trabalhos a fim de demonstrar qualidade e padrão técnico”.

Diante dessa observação pode ser notado que as normas relativas à auditoria, além do aspecto regulamentar, servem também como uma forma de padronizar a qualidade dos trabalhos realizados. Nesse contexto, as normas determinam características básicas em relação ao próprio auditor, aos procedimentos executados na atividade e ainda, no que se refere a sua opinião que irá apresentar ao concluir sua função.

Além de seguir as normas referentes à atividade de auditoria, o auditor necessita seguir procedimentos que irão lhe direcionar no exercício de sua atividade para um resultado eficiente e eficaz.

Nesse sentido Crepaldi (2009, p. 176) define:

os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem o auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem os testes de observância e os testes substantivos.

Dessa forma, nota-se que os procedimentos objetivam a constatação de provas suficientes para fundamentar as decisões relativas às demonstrações contábeis analisadas por meio de técnicas específicas.

Apesar de estarem relacionados, as normas e os procedimentos são peculiaridades diferentes no que tange a auditoria. Segundo Attie (2009, p. 33):

As normas de auditoria diferem dos procedimentos de auditoria, uma vez que os procedimentos se relacionam com atos a serem praticados, enquanto que as normas tratam das medidas de qualidade na execução desses atos e dos objetivos a serem alcançados através dos procedimentos.

As normas se relacionam com as regras de qualidade que orientam o auditor na execução dos seus trabalhos, enquanto que os procedimentos estão diretamente ligados com os atos que serão realizados na busca dos objetivos em consonância com as normas estabelecidas.

Observa-se também por meio dos fundamentos expostos que enquanto as normas se direcionam a pessoa do auditor e a realização de seu trabalho, os procedimentos retratam as tarefas cumpridas pelo auditor com o intuito de obter o melhor fundamento para suas decisões.

2.6 Papeis de Trabalho

Para formar sua opinião e qualificar adequadamente seu embasamento relativo aos seus trabalhos, o auditor deve levantar informações precisas e suficientes relativas à empresa auditada. Nesse sentido deverá ser utilizada a documentação de auditoria, usualmente conhecida como “papeis de trabalho”.

Para Attie (2011, p. 235):

Os papeis de trabalho formam o conjunto de formulários e documentos que contêm as informações e apontamentos obtidos pelo auditor durante seu exame, bem como as provas e descrições dessas realizações; constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.

Nesse âmbito, observa-se a importância dos papéis de trabalho, sendo eles o elenco de documentos, análises, informações e fundamentos que irão nortear as decisões e consequentemente o relatório final do auditor correspondente aos trabalhos executados referentes à instituição auditada.

De acordo com Almeida (2010, p. 67), os papéis de trabalho de auditoria têm como principais objetivos:

- atender as normas de auditoria geralmente aceitas;
- acumular as provas necessárias para suportar o parecer do auditor;
- auxiliar o auditor durante a execução de seu trabalho;
- facilitar a revisão por parte do auditor responsável, para que ele se assegure de que o serviço foi efetuado de forma correta;
- servir como base para avaliação dos auditores;
- ajudar no trabalho da próxima auditoria [...];
- representar na Justiça [...] as evidências do trabalho executado.

É possível observar diante de tais objetivos a importância dos papéis de trabalho para a atividade do auditor. Os papéis de trabalho não necessitam ser padronizados, devendo servir como base para a finalidade de sua auditoria. Eles são relevantes pois facilitam os procedimentos realizados em auditorias futuras e também servem como arquivo de revisão, caso seja necessário alguma verificação futura. A finalidade dos papéis de trabalho segundo Franco e Marra (2001, p. 322):

A finalidade principal dos papéis de trabalho do auditor é a de servir como base e sustentação da opinião do auditor. Eles constituem o testemunho do trabalho que o auditor efetuou, a forma como foi realizado esse trabalho e registram e documentam as conclusões a que o auditor chegou. Os papéis de trabalho do auditor contêm todas as informações conseguidas no curso dos exames, muitas vezes de forma sucinta, mas sempre clara. O conjunto das informações demonstra, ou não, que o auditor cumpriu as normas de auditoria geralmente adotadas e aplicou os procedimentos de auditoria na extensão e profundidade suficientes para permitir externar sua opinião.

Segundo o fundamento citado é possível notar a importância retratada pelos papéis de trabalho. Esses documentos são estruturados e implementados ao longo da atividade executada em uma empresa. O auditor deverá seguir as normas regulamentares e os procedimentos de auditoria para a devida fundamentação dos papéis de trabalho com o objetivo principal de ter provas suficientes para realizar sua opinião de maneira objetiva e correta.

2.7 Relatórios finais

Quando concluído o processo de auditoria, deve ser elaborado um relatório final ou relatório dos auditores independentes que terá contido em si as análises e conclusões sobre os trabalhos executados. Pode ainda esclarecer informações sobre especificidades avaliadas como também sugerir alternativas para decisões administrativas.

Segundo Attie (2011, p. 93):

O parecer de auditoria é o instrumento pelo qual o auditor expressa sua opinião, em obediência às normas de auditoria; após a realização de todo o trabalho de campo, reunindo provas e evidências sobre as demonstrações contábeis, é que o auditor determina seu entendimento sobre a representatividade e o conjunto dos mesmos. Seu exame de campo, concluído por intermédio de programa de trabalho, o endereça à obtenção de informações e fatos que determinam seu posicionamento e o impelem a análises, pesando e medindo efeitos decorrentes das informações obtidas.

Vale destacar que o relatório de auditoria não pode ter qualquer formato. O auditor após realizar suas análises e avaliações deverá elaborar o relatório de forma padronizada, para assim melhor discorrer sua argumentação, facilitando o entendimento correto e objetivo acerca das informações nele contidas.

Segundo Almeida (2003, p.473), "o parecer representa o produto final do trabalho do auditor". O relatório deve ser estruturado em três parágrafos: o primeiro refere-se à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades inerentes à administração da organização e ao auditor; o segundo parágrafo diz respeito ao trabalho realizado; o terceiro e último parágrafo enfatiza a opinião do auditor de acordo com as demonstrações contábeis (ALMEIDA, 2003).

Verifica-se dessa forma que o relatório inicia-se com a parte que demonstra as demonstrações contábeis e as devidas responsabilidades atribuídas a administração do auditor. Em seguida tem-se um parágrafo que representa o trabalho realizado pelo auditor e por fim, um último parágrafo com as conclusões do auditor com base em suas análises sobre as demonstrações contábeis.

Outro detalhe importante a ser verificado, é que o relatório deverá ter como destinatários pessoas diretamente responsáveis pela administração da empresa, não devendo ser direcionado às pessoas da companhia. Esses responsáveis são geralmente: a diretoria, o conselho de administração e os acionistas.

Esse fundamento pode ser encontrado Conforme Almeida (2010, p. 418), "o parecer deve ser dirigido à diretoria, ao conselho de administração ou aos acionistas. Deve-se evitar seu envio a pessoas da companhia".

O relatório é peça de suma importância para a administração e o direcionamento correto de uma empresa. Como visto ele sintetiza estudos e avaliações realizadas pela auditoria com a finalidade de obter informações precisas e específicas sobre os enfoques apurados. Isso para que seja realizado o melhor controle e gerenciamento possível e eficaz das informações contábeis.

2.8 Controles internos

Os controles internos podem ser definidos como mecanismos de proteção ao ativo da entidade de forma a conduzir o melhor caminho para as atividades gerenciais, nesse sentido consiste o conceito dos mesmos para Almeida(2010, p. 25): “O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Para Audibra (1995, p. 28):

Controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a alta administração como os níveis gerais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecida sejam atingidos. A alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controla o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.

Segundo esse fundamento pode ser notado o entendimento de que os controles internos podem ser qualquer ação realizada pela administração no intuito de melhorar a eficiência para se atingir os objetivos e metas planejados. Assim sendo, os controles internos representam um ponto fundamental para a realização da auditoria interna, pois os mesmos servirão de base para o relatório do auditor.

2.8.1 Objetivos dos controles internos

Os controles internos devido a sua importância para o gerenciamento das empresas retratam objetivos próprios. Esses objetivos denotam particularidades representadas pelos

controles internos nas empresas. Nesse âmbito, para Attie (2011, p.204), o controle interno tem cinco objetivos básicos:

- a salvaguarda dos interesses da empresa;
- a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- propiciar uma estrutura operacional eficiente para que se alcance a eficácia das organizações;
- o estímulo à eficiência operacional; e
- a aderência às políticas existentes.

Por esses objetivos é possível perceber a importância dos controles internos para uma organização. Seus objetivos refletem que os controles internos têm como principais finalidades retratar informações operacionais, financeiras e gerenciais de tal forma que a entidade possa ter eficiência, precisão e confiabilidade para o cumprimento de suas metas e objetivos.

Ainda nesse contexto, para que esses controles internos sejam utilizados de forma eficiente, Attie (2011, p.193) retrata os seguintes tópicos:

- * plano de organização que proporcione apropriada segregação de funções entre execução operacional e custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;
- * sistema de autorização e procedimentos de escrituração adequados, que proporcionem controle eficiente sobre o ativo, passivo, receitas, custos e despesas;
- * observação das práticas salutaras no cumprimento dos deveres e funções de cada um dos departamentos da organização; e
- * pessoal com adequada qualificação técnica e profissional, para a execução de suas atribuições.

Diante do exposto, observa-se que os controles internos devem ser planejados e executados por profissionais qualificados e que estejam em harmonia com os objetivos da empresa. Para isso, são utilizados procedimentos de escrituração convenientes para o devido controle das operações contábeis.

2.8.2 Avaliação e fraudes nos controles internos

Para que os controles internos produzam os resultados esperados, além de todo o estudo para implantá-lo é necessário o acompanhamento e avaliação dos mesmos. O processo de avaliação é válido para que os controles internos possam estar em conformidade com os parâmetros realizados no seu planejamento e implantação.

Nesse sentido Bergamini Junior (2005, p.168-169), demonstra que:

A avaliação dos controles internos contábeis é realizada por meio da verificação do alinhamento ou integração que deve existir entre os seus componentes:

- ambiente de controle: estabelece o tom da organização, influenciando a percepção de controle de seu pessoal;
- avaliação de risco: os riscos de origem interna e externa devem ser avaliados, tanto no nível da empresa quanto de atividade;
- atividades de controle: as políticas e procedimentos devem assegurar que as diretrizes da administração serão seguidas;
- informação e comunicação: as informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e informadas na forma e nos prazos adequados, de forma a dar suporte aos outros componentes de controle; e
- monitoração: os sistemas de controles internos devem ser monitorados por meio de um processo que avalie a qualidade do desempenho do sistema ao longo do tempo.

A avaliação dos controles internos é fundamental para o desenvolvimento da empresa. Os fundamentos denotam que esse processo de avaliação necessita de procedimentos os quais estão incluídos: o ambiente de controle, a avaliação de risco (internos ou externos), políticas e diretrizes da administração, informação e comunicação adequadas, e o monitoramento desses processos no decorrer do tempo. Todos esses procedimentos devem ser executados com a finalidade precípua de reduzir possíveis erros nos sistemas de controles internos e por conseguinte no gerenciamento das informações contábeis.

Os controles internos que são executados pelos profissionais das empresas podem conter erros e até mesmo fraudes que possam prejudicar a exatidão das informações administrativas e contábeis. Nesse âmbito, para Crepaldi (2009, p. 349):

Os problemas de Controle Interno encontram-se em todas as áreas das empresas modernas. Como exemplo disso podem-se citar: vendas, fabricação, compras, tesouraria etc. Quando o exercido adequadamente sobre cada uma das funções acima, o controle assume fundamental importância, objetivando atingir os resultados mais favoráveis com menores desperdícios.

Ainda no que tange a esse tema, alguns tipos de erros são identificados por Attie (2011, p.204):

- a) de interpretação como, por exemplo a aplicação errônea dos princípios contábeis geralmente aceitos na contabilização de transações;
- b) de omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor;
- c) decorrentes da má aplicação de uma norma ou procedimento.

Além dos erros também podem ser encontradas fraudes que segundo Attie (2011, p.204-205), podem ser classificadas em: “não encobertas, encobertas temporariamente e

encobertas permanentemente.” As fraudes são não encobertas, quando quem as pratica acredita que os meios de controle internos são fracos, não necessitando assim escondê-las; encobertas temporariamente acontecem quando não alteram os registros contábeis; e as encobertas permanentemente são observadas quando as informações mantidas em outros arquivos são alteradas.

Depreende-se dos fundamentos que o Auditor deverá ter o devido cuidado quando estiver realizando seus trabalhos de auditoria. Erros de interpretação, de omissão ao não aplicar procedimentos estabelecidos em normas, como também erros no que tange a uma má aplicação de norma ou procedimento podem ser verificados nos controles internos. Além dos erros as fraudes como relatadas também podem acarretar perdas significativas para a entidade. Dessa forma é imprescindível a devida atenção no trabalho de auditoria.

2.8.3 Tipos de controles internos

Os controles internos segundo Almeida (2010, p. 50-51), podem ser divididos em contábeis e administrativos:

Contábeis:

- sistemas de conferência, aprovação e autorização;
- segregação de funções (pessoas que têm acesso aos registros contábeis não podem custodiar ativos da empresa);
- controles físicos sobre ativos;
- auditoria interna.

Administrativos:

- análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos;
- controle de qualidade;
- treinamento de pessoal;
- estudos de tempos e movimentos;
- análise das variações entre os valores orçados e os incorridos;

Nesse contexto, observa-se que mesmo com algumas diferenças nas especificidades tratadas, tanto os controles contábeis, quanto os controles administrativos são de fundamental relevância para o bom gerenciamento das atividades empresariais. Os controles contábeis compreendendo as informações relevantes ao patrimônio e informações financeiras. Já os controles administrativos por meio das informações financeiras relacionadas ao controle da qualidade dos procedimentos, programas operacionais, treinamento com pessoal, visando a melhor eficiência possível.

3 AS VANTAGENS DA AUDITORIA INTERNA PARA A GESTÃO DAS EMPRESAS

O processo de globalização existente no mercado mundial trouxe a necessidade precípua das empresas acompanharem o dinamismo das informações e a crescente competitividade ocasionada por esse processo. Nesse contexto de grandes mudanças e inovações surgem dúvidas entre empresários, administradores, clientes e todos aqueles que de alguma forma utilizam informações contábeis. E como solução eficaz para solucionar essas lacunas pode ser implantada a auditoria interna. A mesma estabelece, além de um controle mais eficaz, informações mais pertinentes e confiáveis para o processo de gestão empresarial.

3.1 O processo decisório

A tomada de decisão é um processo que sempre estará inserido no âmbito das empresas. Nas situações em que for necessária a escolha de uma alternativa dentre outras que se apresentam surge assim o processo de tomada de decisão.

Segundo Simon (1979, p. 3), “[...] todo comportamento envolve seleção consciente ou inconsciente de determinadas ações entre aquelas que são fisicamente possíveis para o agente e para aquelas pessoas sobre as quais ele exerce influência ou autoridade”.

Para Maximiano (2004, p. 111), decisão:

É uma escolha entre alternativas ou possibilidades. As decisões são tomadas para resolver problemas ou aproveitar oportunidades. O processo de tomar decisões é a seqüência de etapas que vai da identificação de uma situação que oferece um problema ou oportunidade, até a escolha e colocação em prática de uma ação ou solução.

Já Simon (1979, p. 48) retrata um sentido mais amplo expressando que:

As decisões são algo mais que simples proposições factuais. Para ser mais preciso, elas são descrições de um futuro estado de coisas, podendo essa descrição ser verdadeira ou falsa, num sentido estritamente empírico. Por outro lado, elas possuem, também, uma qualidade imperativa, pois selecionam um estado de coisas futuro em detrimento de outro e orientam o comportamento à alternativa escolhida.

Nesse contexto, vale citar a definição de modelo de decisão para Figueiredo e Caggiano (2008, p. 17) segundo os quais é: “o modelo de decisão é uma definição de como vão ser combinados cursos de ação para que determinado estado da natureza seja alcançado, é um molde para escolher a alternativa a ser objetivada”.

Ainda de acordo com Padoveze (2009, p.30) alguns conceitos básicos para o processo de tomada de decisão podem ser expressos da seguinte forma:

Objetivo: Resultado, atributo ou situação desejada, para os quais se pretende exercer alguma ação consequente. Problema: Lacuna entre uma situação atual ou projetada e um objetivo. Entende-se por situação projetada aquela que pode ocorrer independentemente do objetivo. Resolução de Problemas: Curso de ação que corrige a lacuna entre a situação atual ou projetada e o objetivo; aquilo que permite alcançar o objetivo. Decisão: Escolha de um curso determinado de ação entre vários cursos de ação alternativos. O curso de ação escolhido pode compreender um conjunto de vários cursos de ação.

Diante desses conceitos é possível interpretar o processo de tomada de decisão como uma ferramenta de grande relevância para qualquer instituição. É por meio da tomada de decisão que serão expostas as alternativas para a solução do problema como também para determinar as metas a serem alcançadas. E por fim, a escolha do melhor caminho, da melhor alternativa, poderá refletir em crescimento financeiro e empresarial.

Nesse contexto de gerenciamento das decisões a auditoria interna pode ser implantada e melhorar o desempenho dos controles internos. Esse melhor controle exercido pela auditoria interna resultará em vantagens para as empresas. Essas vantagens são caracterizadas pelas informações mais precisas e confiáveis, facilitando assim processo de escolha da melhor decisão a ser tomada.

3.2 Perfil do auditor interno

O auditor interno para exercer sua atividade de forma íntegra e correta necessita desenvolver algumas características inerentes a esse perfil exigido para auditoria. Segundo Attie (2009, p.38), os auditores internos necessitam desenvolver habilidades para lidar com as pessoas e em comunicar-se de maneira eficaz, como também compreender as relações humanas e manter um bom relacionamento com os setores vinculados à atividade.

Nesse mesmo enfoque o auditor Segundo Wadell (1982 p. 59)

Deve ter um senso crítico apurado, mas bem balanceado, ser perscrutador; ter razoáveis conhecimentos de relações públicas, o que muito facilitará o seu acesso às diversas áreas da empresa e o seu entrosamento com os demais membros do quadro de pessoal... Deve ser uma pessoa ponderada e comedida, capaz de apresentar, com urbanidade e convincentemente, seus argumentos e conclusões profissionais e saber aceitar os argumentos e as conclusões de outrem, quando verificar que os mesmos são, de fato, válidos. Deverá, ainda saber expressar-se verbalmente e por escrito de forma correta, objetiva e sucinta.

Além de ter que implementar certos requisitos para o exercício de sua atividade o auditor interno deve desenvolver características essenciais que de acordo Almeida (2008, p. 73-81) são:

- Independência profissional: O auditor deve concentrar suas atividades profissionais no exercício da auditoria nela compreendidas, as funções que por definição e tradição lhe são atribuídas pelos usos reconhecidamente aceitos. Independência de atitudes e de decisão: Manter uma atitude de independência que assegure a imparcialidade do seu julgamento.
- Intransferibilidade de função: A qualificação de auditor é individual e intransferível e não se estende os seus subordinados. No exercício da sua atividade profissional, o auditor agirá em seu nome pessoal, assumindo inteira responsabilidade técnica pelos serviços de auditoria por ele prestada e, em nenhuma hipótese, permitirá que outra pessoa o faça em seu nome, salvo prepostos de sua oficial indicação, quando então responderá solidariamente com eles pelos respectivos atos.
- Eficiência técnica: Conhecimento técnico específico e das diversas áreas relacionadas bem como experiência obtida de um somatório de atuações permitindo comprovar a legalidade e legitimidade no desempenho do auditado.
- Integridade pessoal: Proteger interesses da sociedade, respeitando as normas de conduta ética-profissional e confidencialidade das informações recebidas, salvo determinações legais e profissionais.
- Imparcialidade: Abster-se de intervir nos casos onde há conflito de interesses que influencie o seu julgamento.
- Sigilo e discrição: É regra mandatária e indeclinável no exercício da auditoria.
- Lealdade: Agir de maneira absolutamente leal e imparcial em relação às Organizações prestando serviços e a quaisquer organizações envolvidas nas auditorias, cuidando para que atuem da mesma maneira as pessoas que estiverem sob sua responsabilidade.

No que concerne à formação acadêmica do auditor interno, esse profissional não necessita ser formado especificamente em uma determinada área de atuação para exercer tais atividades. No entanto, é coerente que o mesmo tenha conhecimentos técnicos referentes às especificidades que irá desenvolver em uma organização. É nesse sentido que Ribeiro & Ribeiro (2011, p.30), denotam que:

No Brasil, não há exigência de formação específica em ciências contábeis para exercer as funções de auditor interno. Assim, para ingressar em uma organização como auditor interno, o profissional, normalmente contador, administrador de empresas ou economista, submete-se a uma prova de seleção realizada na própria entidade em que será admitido.

O auditor externo por conseguinte para ter exercício na função de auditor necessita de qualificação de contador e o respectivo registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

Referindo-se a esse tema Perez Junior(2006, p.12) destaca:

Auditor é o profissional que, possuindo competência legal como contador e conhecimentos em áreas correlatas, como tributos, modernas técnicas empresariais e outras, aliados aos conhecimentos de normas e procedimentos de auditoria, procurará obter elementos de satisfação que o levam a fundamentar e a emitir sua opinião sobre o objeto de estudo (sistemas de controles internos, demonstrações contábeis, etc.).

No que se refere às características e atribuições relativas ao auditor interno para Attie (2009, p. 39) cita o zelo como um elemento fundamental:

O zelo profissional implica cuidado e competência razoáveis, não infalibilidade ou desempenho excepcionalmente bom. Não se exige do auditor zeloso que faça auditorias pormenorizadas de todas as transações, mas que realize exames e verificações em grau e extensão razoáveis. Por esses motivos, o auditor interno não pode garantir com absoluta segurança que não haja irregularidades ou inobservância de normas ou princípios.

Observa-se pelo fundamento citado que o zelo não reflete diretamente que os trabalhos realizados serão totalmente livres de erros, mas sim que o profissional trate e desenvolva sua atividade com qualidade. As auditorias realizadas deverão ser objetivas, especificando e retratando os motivos diretamente relacionados com a previsão estabelecida.

Dessa forma, pelos fundamentos relatados, é importante ressaltar as características profissionais necessárias ao exercício da auditoria. São aspectos como independência profissional, facilidade de comunicação, integridade, sigilo, imparcialidade no desenvolvimento do trabalho, zelo para com os documentos e informações, qualificação técnica abrangendo as áreas que serão analisadas, entre outras formam a base estrutural para que um profissional possa ser habilitado para o perfil exigido na atividade de auditoria.

3.3 Autonomia profissional

A autonomia profissional na atividade de auditoria se traduz numa questão fundamental para a imparcialidade dos serviços prestados. Essa autonomia deve ser concretizada por meio da independência do auditor interno. Segundo Attie (2009, p.13):

o auditor deve ser absolutamente independente e imparcial na interpretação de tudo que lhe for apresentado, atestando a cada dado um pronunciamento conclusivo. A independência necessita orientar o trabalho do auditor no sentido da verdade, evitando interesses, conflitos, vantagens, sendo factual em suas afirmações.

No âmbito desse contexto para Paula (1999, p.35):

A auditoria interna, portanto, deverá estar vinculada hierárquica e diretamente à cúpula administrativa da companhia, a quem fornecera uma visão da atuação das partes com relação a missão empresarial propiciando informações capazes de otimizar a ação dos seguimentos administrativos e maximizar o resultado global.

Fica então demonstrada a importância da independência do auditor interno para a sua devida autonomia profissional. Como o auditor interno é um funcionário da empresa, precisa de liberdade de atuação. Dessa forma poderá analisar os controles internos de forma eficaz, sem empecilhos que possam desviar sua finalidade. Só assim sua opinião será autêntica e ética.

3.4 A auditoria interna e sua importância para as empresas

A auditoria interna ao longo do tempo tem demonstrado sua importância para as empresas. Esse fato torna-se cada vez mais notório e reconhecido pelos administradores. Os usuários das informações contábeis estão presentes em diversos contextos do mercado. Administradores, diretores, sócios, executivos, clientes, contadores, receita federal, acionistas investidores, são exemplos de representantes que utilizam as informações contábeis. Diante desse contexto Franco e Marra (2001, p. 34) argumentam:

a auditoria deixou de ser, para as entidades, e especialmente para as empresas da atualidade, apenas mais um instrumento criado pela administração para aumentar seus controles sobre o pessoal administrativo. Atualmente é meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles e fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui indiretamente para melhor aplicação das leis fiscais.

Como observa-se a auditoria constitui muito mais que um meio de controle das atividades internas da empresa. No mercado globalizado vivenciado nos dias atuais, é de suma importância implementar um meio que forneça informações precisas e com credibilidade. Seguindo esse mesmo sentido Hoog e Carlin: (2008, p. 59)

Dentro do novo contexto globalizado, a auditoria, por se envolver na avaliação ampla dos procedimentos organizacionais, mesmo mantendo a sua necessária independência, está deixando de ser uma atividade somente investigadora e certificadora, para ser mais participativa, sob a forma de, quiçá, assessoria, no desempenho empresarial e gestão estratégica de negócios apontando falhas e seus reflexos e, se for cabível, prescrevendo medidas saneadoras nas organizações, de fins econômicos ou não, auditadas.

De acordo com Paula (1999, p. 40), a importância de implantar serviços de auditoria interna nas empresas justifica-se por:

- É parte essencial do sistema global de controle interno;
- Leva ao conhecimento da alta administração o retrato fiel do desempenho da empresa, seus problemas, pontos críticos e necessidades de providências, sugerindo soluções;
- Mostra os desvios organizacionais existentes no processo decisório e no planejamento;
- É uma atividade abrangente, cobrindo todas as áreas da empresa;
- É medida pelos resultados alcançados na assessoria à alta administração e à estrutura organizacional, quanto ao cumprimento das políticas traçadas, da legislação aplicável e dos normativos internos;
- Apresenta sugestões para a melhoria dos controles implantados ou em estudos de viabilização;
- Recomenda redução de custos, eliminação de desperdícios, melhoria da qualidade e aumento da produtividade;
- Assegura que os controles e as rotinas estejam sendo corretamente executados, que os dados contábeis merecem confiança e refletem a realidade da organização e que as diretrizes traçadas estão sendo observadas;
- Estimula o funcionamento regular do sistema de custos, controle interno e o cumprimento da legislação;
- Coordena o relacionamento com os órgãos de controle governamental;
- Avalia, de forma independente, as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da companhia e por empresas controladas e coligadas;
- Ajuda a administração na busca de eficiência e do melhor desempenho, nas funções operacionais e na gestão dos negócios da companhia

No que se refere aos controles internos a auditoria interna se justifica como base de sustentação na correção e controle dos sistemas internos implantados. Não é recomendável ter sistemas de controle internos sofisticados se não existe um controle de auditoria interna sobre os mesmos. Sendo assim para Crepaldi (2009, p. 365):

[...] não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias.

Entre outros aspectos em que a auditoria interna tona-se indispensável é válido destacar sua influência no processo de tomada de decisão e gestão empresarial. A tomada de decisão sempre é um ponto difícil para os administradores, pois eles precisam escolher dentre as possibilidades existentes, aquela que melhor condiz com as metas e objetivos organizacionais.

Para que possam realizar escolhas certas e ter um processo de gestão eficiente e eficaz, os administradores necessitam de informações precisas e atualizadas sobre os aspectos

relevantes para a tomada de decisão. Nessa circunstância é que a auditoria interna se torna fundamental para as organizações.

A concepção de um sistema de informações que auxilie o gestor a melhorar as suas decisões não depende apenas da identificação dos modelos decisórios dos gestores e das suas necessidades informativas. Muitas vezes, torna-se necessário repensar o próprio modelo de decisão, além de utilizar informação adicional para determinar a probabilidade de ocorrência de cada estado da natureza, a fim de reduzir o problema da incerteza. (BEUREN, 2000, p.21).

Tendo ciência de que cada vez o mercado tende a ficar mais competitivo, as organizações necessitam de diversos meios de informação que possam ampliar esse leque de alternativas para o desenvolvimento das empresas. Nesse contexto Crepaldi (2009, p. 40) cita:

Com a globalização e a necessidade crescente de otimização de resultados, as empresas estão buscando cada vez mais a identificação de oportunidades e estratégias para minimizar riscos aos seus negócios, eficiência em suas operações e um nível adequado de controle e retorno aos seus investimentos. A auditoria interna, como elemento-chave no processo de avaliação contínua dos processos e atividades das empresas, deve estar adequadamente sincronizada nesse cenário.

Existem diversas vantagens em manter um setor de auditoria interna numa entidade. Fica evidente com os fundamentos que a auditoria interna é uma atividade de ampla abrangência. Isso pode ser refletido no que tange ao imenso estágio de informações geradas por esse departamento. Segundo Franco e Marra (2001, p. 34-35) podem ser citadas algumas vantagens da auditoria:

Para a administração da empresa:

- a) Fiscaliza a eficiência dos controles internos.
- b) Assegura maior correção dos registros contábeis.
- c) Opina sobre a adequação das demonstrações contábeis.
- d) Dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas.
- e) Possibilita apuração de omissões no registro das receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação oportuna de débitos.
- f) Contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas.
- g) Aponta falhas na organização administrativa da empresa e nos controles internos.

Para os investidores (titulares do capital):

- a) Contribui para maior exatidão das demonstrações contábeis.
- b) Possibilita melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas.
- c) Assegura maior exatidão dos resultados apurados.

Para o fisco:

- a) Permite maior exatidão das demonstrações contábeis.
- b) Assegura maior exatidão dos resultados apurados.
- c) Contribui para maior observância das leis fiscais.

Para a sociedade como um todo, compreendendo os trabalhadores e toda a população, direta ou indiretamente relacionada com as empresas que atuam no país:

- a) Dá credibilidade às demonstrações contábeis dessas empresas.
- b) Assegura a veracidade das informações, das quais dependerá a tranquilidade quanto à sanidade das empresas e à garantia de empregos.
- c) Informa, através das demonstrações contábeis do conjunto das empresas, o grau de evolução e solidez da economia nacional. (FRANCO; MARRA, 2001, p. 34-35)

É de extrema importância relatar que além de todas essas vantagens essenciais para os usuários da informação contábil a auditoria mantém um nível de segurança para o patrimônio das empresas, permitindo que os entes interessados possam usar suas decisões com mais consciência e garantia. Esse nível de proteção é retratado em alguns aspectos por Crepaldi (2009, p. 24-25):

- Sob o aspecto administrativo: contribui para redução de ineficiência, negligência, incapacidade e improbidade de empregados e administradores;
- Sob o aspecto patrimonial: possibilita melhor controle dos bens, direitos e obrigações que constituem o patrimônio;
- Sob o aspecto fiscal: é fator de mais rigoroso cumprimento das obrigações fiscais, resguardando o patrimônio contra multas, o proprietário contra penalidades decorrentes da lei de sonegação fiscal e o fisco contra sonegação de impostos;
- Sob o aspecto técnico: contribui para mais adequada utilização das contas, maior eficiência dos serviços contábeis, maior precisão das informações e a garantia de que a escrituração e as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios de Contabilidade;
- Sob o aspecto financeiro: resguarda créditos de terceiros – fornecedores e financiadores – contra possíveis fraudes e dilapidações do patrimônio, permitindo maior controle dos recursos para fazer face a esses compromissos;
- Sob o aspecto econômico: assegura maior exatidão dos custos e veracidade dos resultados, na defesa do interesse dos investidores e titulares do patrimônio.

Diante desses argumentos fica notória a importância da auditoria interna para as empresas. Nos mais diversos setores organizacionais o emprego da auditoria se constitui em vantagem e mesmo que se tenha o custo de manter esse departamento, os pontos positivos que sua implantação promoverá, denota um grande diferencial que resultará em lucros e crescimento. Uma organização para que possa competir no mercado globalizado e dinâmico precisa de informações específicas e atualizadas.

Sendo assim a auditoria por meio da sua atividade, tende a melhorar o gerenciamento dos controles internos. Com essa melhora na qualidade dos controles internos, as informações necessárias à atividade organizacional terão maior confiabilidade e como consequência melhor utilização pelos responsáveis por gerir a empresa, evitando erros, fraudes e fortalecendo o desenvolvimento da entidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que um projeto acadêmico possa estar disposto de acordo com os parâmetros exigidos para uma correta avaliação são necessários os procedimentos metodológicos. Dessa forma esses procedimentos consistem em etapas a serem observadas no desenvolvimento da pesquisa realizada.

Nesse contexto, segundo Beuren (2009) para realizar a pesquisa abordada é necessário definir as três categorias existentes: no que concerne aos objetivos, que pode ser uma pesquisa descritiva, exploratória e explicativa; quanto aos procedimentos, sendo classificada como pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental, estudo de caso e levantamento; e ainda em relação à abordagem do problema, podendo ser uma pesquisa qualitativa, quantitativa ou ainda qualitativa e quantitativa. Sendo assim é importante a especificação desses aspectos para a melhor compreensão da pesquisa.

4.1 Quanto aos objetivos

No que tange aos objetivos essa pesquisa trata-se do tipo explicativa e exploratória. A pesquisa explicativa busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno. Assim Vergara (2000, p.47) expõe:

A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificar-lhe os motivos. Visa, portanto esclarecer quais fatores contribui de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno. Por exemplo: as razões do sucesso de determinado empreendimento.

Ainda com referência ao objetivo essa pesquisa configura-se como exploratória, pois esse tipo de pesquisa retrata demonstrar maiores conhecimentos sobre determinado assunto, que nessa pesquisa constitui a auditoria interna. É nesse âmbito que Andrade (2006, p.124) define:

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Através das pesquisas exploratórias avalia-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado assunto.

4.2 Quanto aos procedimentos

No que se refere aos procedimentos, esse trabalho é desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica. É um tipo de pesquisa abrangente e geralmente concentra informações de diversos meios e autores. Para Marconi e Lakatos (2006, p. 160): “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Sobre a pesquisa bibliográfica Gil (2002, p. 44) relata que:

a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Sendo assim é perceptível que a pesquisa bibliográfica constitui um elemento fundamental para a realização de trabalhos acadêmicos, pois a estrutura de desenvolvimento está fundamentada em livros, artigos e autores com notório conhecimento sobre o tema abordado.

4.3 Quanto à abordagem do problema

Segundo o que foi exposto na introdução desse trabalho, o objetivo desse estudo é retratar as vantagens que a auditoria interna pode trazer para as empresas. Diante desse contexto, esse trabalho constata uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa preocupa-se com a interpretação dos fenômenos, não sendo utilizadas técnicas estatísticas. Nesse enfoque Silva e Menezes (2000, p. 20) definem:

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Diante dos fundamentos pode-se perceber que essa pesquisa retrata fatos qualitativos a respeito do tema abordado. O aspecto relevante desse estudo é relatar como a auditoria interna pode ser benéfica para as empresas, diante do contexto do mercado cada vez mais concorrido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do tema abordado e das devidas análises e considerações realizadas, é possível destacar que, em meio a esse atual cenário vivenciado de constantes mudanças e inovação, a auditoria interna torna-se uma ferramenta essencial para que as empresas possam atingir seus objetivos e conseqüentemente desenvolver melhor suas atividades.

Esse estudo buscou descrever as vantagens da auditoria interna para as empresas. Para alcançar esse objetivo foram retratados alguns pontos específicos referentes ao tema: identificar e definir conceitos importantes referentes à contabilidade, conceituar controles internos, auditoria interna e externa, analisar características e diferenças existentes entre elas, demonstrar as características inerentes ao auditor interno no exercício da função e, descrever as vantagens da auditoria interna para o melhor desenvolvimento das empresas. Nesse contexto, foi demonstrado, por meio de análises bibliográficas, que a implantação da auditoria interna nas empresas pode gerar grandes diferenciais positivos no gerenciamento das atividades. Muitas vezes, por exemplo, os controles internos não são capazes de solucionar problemas de erros e omissões nos registros contábeis, imprecisão na qualidade das informações, entre outros. Assim, é nesse âmbito de estrutura que a auditoria interna amplia as análises das informações para refletir em eficácia nos meios de controle das entidades.

Além dos benefícios para os controles internos, a auditoria interna mostra-se capaz de ser ainda mais produtiva. Isso foi constatado por meio dos fundamentos citados no decorrer desse estudo. Esse aspecto produtivo diz respeito à utilização da auditoria interna como instrumento indispensável para o processo de tomada de decisão por parte da empresa. A implantação da auditoria interna resulta em eficiência, confiabilidade e veracidade no tratamento das informações contábeis, tornando o gerenciamento do processo decisório mais confiável e como consequência faz com que essa organização tenha um diferencial competitivo no seu gerenciamento.

Verificou-se ainda que a auditoria interna proporciona vantagens para os investidores e usuários da informação contábil em geral. Isso pode ser justificado pela maior exatidão das informações como também uma garantia maior dos valores patrimoniais, econômicos e financeiros. Essas vantagens advindas para os usuários acabam por resultar em uma excelente estratégia gerencial para as empresas, pois esses mesmos usuários e investidores tendem a tornar clientes por entenderem que uma empresa com informações mais confiáveis e de qualidade geram melhores resultados.

Sendo assim, pode-se afirmar que, diante do contexto de globalização existente nos dias atuais, as organizações devem estar preparadas para os desafios que surgem. Para isso fica notória a importância de implantar um sistema de gerenciamento capaz de ser um diferencial no tratamento e análise das informações. Dessa forma, pelos fundamentos apresentados, a auditoria interna configura-se como um investimento indispensável para as empresas que buscam a qualidade, a inovação, a confiabilidade e o desenvolvimento. Esse estudo não termina aqui, abrindo-se espaço para discussões e pesquisas futuras, que possam ser realizadas com o intuito de uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, objetivando sempre esclarecer os melhores rumos a serem tomados pelas pessoas que necessitem de informação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. R. D. **Auditoria Hospitalar**: auditoria interna em saúde. Campinas, 2008.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- _____, Marcelo Cavalcante. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ATTIE, William. **Auditoria Interna** 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____, William. **Auditoria**: Conceitos e Aplicações. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- AUDIBRA, Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2ª. ed. São Paulo, 1995.
- BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. 3ª. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da Informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2ª. ed. São Paulo : Atlas, 2000.
- _____, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. Controles internos como um instrumento de governança corporativa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 149-188, dez 2005. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2406.pdf>. Acesso em 25 de abr. de 2015, às 14h36min.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEREDO, Sandra.; CAGGIANO, Paulo César **Controladoria: Teoria e Prática**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Hilário.; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programa de auditoria, relatórios de auditoria**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOOG, Wilson Alberto Zappa.; CARLIN, Everson Luis Breda. **Manual de auditoria contábil das sociedades empresárias: de acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/02**. 2ª. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução a administração**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Estratégica e Operacional**. 2ª. ed. São Paulo: CENGAGE LEARNING, 2009.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria Interna – Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico**. São Paulo: Atlas, 1999.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura.; RIBEIRO, Juliana Moura. **Auditoria fácil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. Florianópolis: LED, 2000.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo: estudos dos processos decisórios nas organizações administrativas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WADELL, Harold R. **Manual de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 1982.